



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO TRABALHO DE SANTA CRUZ DO SUL

Aos 15 dias do mês de março de 2016, compareceu à sede da 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000216-81.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidas pelo Juíza Titular LUCIANA BÖHM STAHNKE, pela Diretora de Secretaria LIEGI MATZENBACHER GUTTERRES, e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 06.12.2005

Data da última correição realizada: 18.03.2015

Data da Implantação do PJe: 12.09.2014

Jurisdição: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires, Vera Cruz.

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2015 a 15.03.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Luciana Böhm Stahnke	Juíza Titular	19.03.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.03.2016)

2.1.2 Circunscrição

Conforme a Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul pertence à 65ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, que compreende duas vagas de zoneamento, uma ocupada pela Juíza Juliana Oliveira e outra não preenchida.



2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Luciana Böhm Stahnke	Desde 19.03.2013	Juíza Titular	02 anos, 11 meses e 27 dias
2	Carolina Cauduro Dias de Paiva (Juíza do Trabalho Substituta)	06.02 a 08.02.2015	Atuou em razão do afastamento da Juíza Titular, conforme PA nº 0008275-14.2014.5.04.0000;	03 dias
		09.02 a 10.03.2015	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular	01 mês e 02 dias
3	Fernando Reichenbach (Juiz do Trabalho Substituto)	21.10 a 23.10.2015	Atuou em virtude do afastamento da Juíza Titular, conforme PA nº 005985-89.2015.5.04.0000	03 dias
3	Jorge Fernando Xavier de Lima (Juiz do Trabalho Substituto)	01.02 a 04.02.2016	Atuou em virtude de licença para tratamento de saúde em pessoa da família da Juíza Titular	04 dias
		10.02 a 21.02.2016	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular	12 dias
4	Juliana Oliveira (Juíza do Trabalho Substituta)	12.03 a 12.04.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	01 mês
		20.04 a 12.06.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	01 mês e 23 dias
		18.06 a 19.06.2015	Atuou em razão do afastamento da Juíza Titular, conforme PA nº 003741-90.2015.5.04.0000	02 dias
		16.07 a 16.08.2015	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular	01 mês
5	Sheila dos Reis Mondin Engel (Juíza do Trabalho Substituta)	22.02 a 10.03.2016	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular	19 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.03.2016)



2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares Lotados durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Luciana Böhm Stahnke	Afastamento PA nº 0008275-14.2014.5.04.0000	06.02 a 08.02.2015	03 dias
		Férias	09.02 a 10.03.2015	30 dias
		Afastamento PA nº 0002552-18.2015.5.04.0000	07.05 a 08.05.2015	02 dias
		Afastamento PA nº 0003741-90.2015.5.04.0000	18.06 a 19.06.2015	02 dias
		Férias	16.07 a 16.08.2015	32 dias
		Afastamento PA nº 0005985-89.2015.5.04.0000	21.10 a 23.10.2015	03 dias
		LTS – Licença tratamento de saúde de pessoa da família	29.01 a 04.02.2016	07 dias
		Férias	10.02 a 10.03.2016	30 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.03.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Liegi Matzenbacher Gutterres	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	08.04.2013
2	Vera Regina Da Silva Martins	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	08.04.2013
3	Herve Callai Costa Beber	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	22.09.2014
4	Cristine Kuester	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	01.02.2006



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5	Cirlei Teresinha Bagatini	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	01.07.2010
6	Conrado Cesar Ataiades De Souza	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	23.02.2010
7	Geraldo Plinio Dal Berto Junior	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	16.12.2005
8	Claudete Toson Ramos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	21.05.2007
9	Eliane Chassavoimaister	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	04.06.2009
10	Ilani Witt	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	08.10.2009
11	Sueli Eliane Mohr	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	03.07.2007
12	Lisandro Ferreira Elesbao	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	10.01.2006

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 07.03.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.229 processos	1.001 – 1.500	12 servidores	11 a 12 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de



servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul mostra-se compatível dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Liegi Matzenbacher Gutterres	Curso ou Evento (CURS)	04	28 dias
	Curso Parcial	01	
	FALC- Falecimento Pessoa da Família	08	
	LPF- Doença em pessoa da família	15	
Vera Regina Da Silva Martins	LTS- Tratamento Saúde	06	06 dias
Herve Callai Costa Beber	Curso ou Evento (CURS)	03	03 dias
Cristine Kuester	LTS- Tratamento Saúde	04	04 dias
Cirlei Teresinha Bagatini	DPON- Dispensa do ponto	01	02 dias
	LTS- Tratamento Saúde	01	
Conrado Cesar Ataiades De Souza	DM- Dispensa Médica	01	06 dias
	LTS- Tratamento Saúde	05	
Geraldo Plinio Dal Berto Junior	LTS- Tratamento Saúde	01	01 dia
Claudete Toson Ramos	Curso ou Evento (CURS)	01	01 dia
Eliane Chassavoimaister	Curso ou Evento (CURS)	05	14 dias
	DM- Dispensa Médica	01	
	LPF- Doença em pessoa da família	01	



	LTS- Tratamento Saúde	07	
Sueli Eliane Mohr	LPF- Doença em pessoa da família	18	18 dias
Lisandro Ferreira Elesbao	DM- Dispensa Médica	02	07 dias
	LPF- Doença em pessoa da família	03	
	LTS- Tratamento Saúde	02	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 07.03.2016)

* Servidor com redução de jornada. Carga horária diária :6h

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 07.03.2016, constatou-se que não houve movimentação de servidores no período correcionado.

2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Nargot da Rocha Schultz	Direito	26.01.2015 a 25.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 07.03.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Luciana Böhm Stahnke	-	-	127	127
Juíza Substituta Zoneada	Juliana Oliveira	-	-	74	74

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.03.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado



Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Liegi Matzenbacher Gutterres	-	-	71	71
Vera Regina Da Silva Martins	-	-	-	-
Herve Callai Costa Beber	-	-	36	36
Cristine Kuester	-	-	-	-
Cirlei Teresinha Bagatini	-	-	96	96
Conrado Cesar Ataidés De Souza	-	-	40	40
Geraldo Plínio Dal Berto Junior	-	-	130	130
Claudete Toson Ramos	-	08	65	73
Eliane Chassavoimaister	-	-	83	83
Ilani Witt	-	-	15	15
Sueli Eliane Mohr	-	-	13	13
Lisandro Ferreira Elesbao	-	-	60	60

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 07.03.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1001 a 1500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 01a Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 01a Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano	69.303	72.293	74.266	1.284,89

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.797	1.977	10,02%	1.963	-0,71%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	164	189	15,24%	213	12,70%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.320	1.208	-8,48%	1.191	-1,41%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	66	76	15,15%	45	-40,79%



Total	3.347	3.450	3,08%	3.412	-1,10%
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

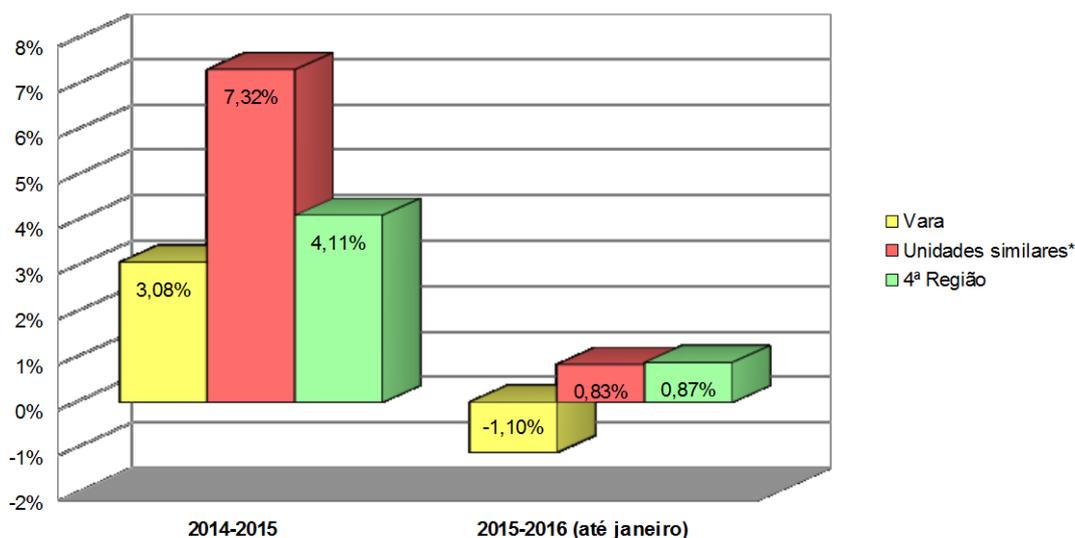
** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 3,08% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 180 processos).

No mês de janeiro de 2016 o estoque de processos tramitando recuou 1,10%, índice melhor do que da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.

Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.223	1.319	7,85%	92	-93,03%



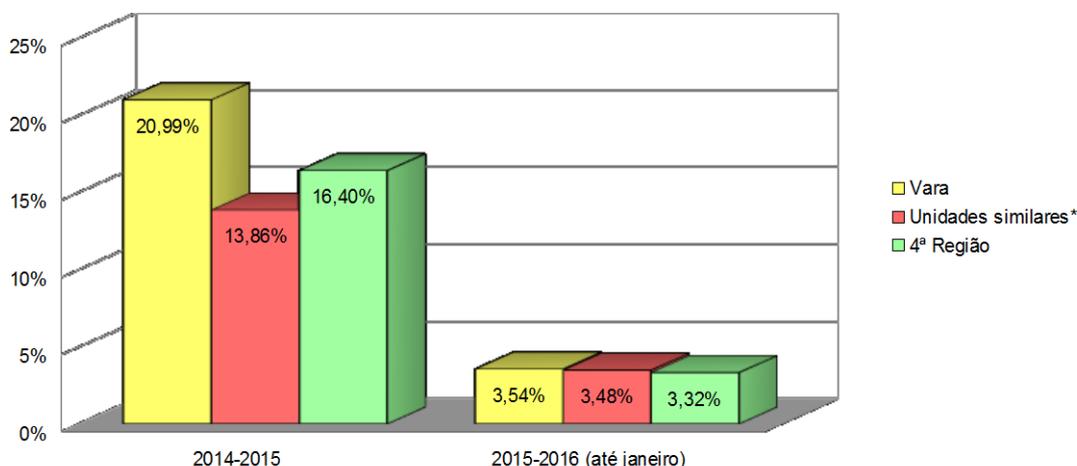
Sentenças anuladas/reformadas	8	8	0,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	935	1.123	20,11%	52	-95,37%
Processos pendentes de solução	910	1.101	20,99%	1.140	3,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 20,99% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 910 para 1.101 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento no número de processos novos na comparação com o ano de 2014.

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve o aumento de 94,81% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	247	177	-28,34%	235	32,77%



Aguardando encerramento da instrução	536	671	25,19%	633	-5,66%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	50	103	106,00%	116	12,62%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	77	150	94,81%	156	4,00%
TOTAL	910	1.101	20,99%	1.140	3,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	76,45%	85,14%	11,37%	56,52%	-33,61%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	61,44%	-31,32%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	63,67%	-28,55%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 85,14% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 11,37% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 4,32%, bem como 3,97% menor que a média geral de desempenho das Unidades integrantes do TRT da 4ª Região.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	50,54%	50,38%	-0,32%	4,36%	-91,35%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	5,18%	-90,57%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	5,51%	-90,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul foi de 50,38% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 0,32% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi 4,49% inferior à média apresentada pelas demais unidades da mesma faixa de movimentação processual, bem como 4,82% menor que média de todas as Unidades integrantes da 4ª Região.

3.3.3 Processos Solucionados



Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.01)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	430	45,99	641	57,08	17	32,69
	Julgado procedente	32	3,42	18	1,6	0	0
	Julgado procedente em parte	287	30,7	285	25,38	30	57,69
	Julgado improcedente	87	9,3	62	5,52	3	5,77
	Extinto	2	0,21	0	0	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	26	2,78	31	2,76	1	1,92
	Arquivamento (art. 844 CLT)	45	4,81	54	4,81	0	0
	Desistência	15	1,6	26	2,32	1	1,92
	Outras decisões	11	1,18	6	0,53	0	0
TOTAL		935	100	1.123	100	52	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

Verificou-se aumento de 188 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo 20,11%. Esse índice se mostra superior à média em toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,13%.

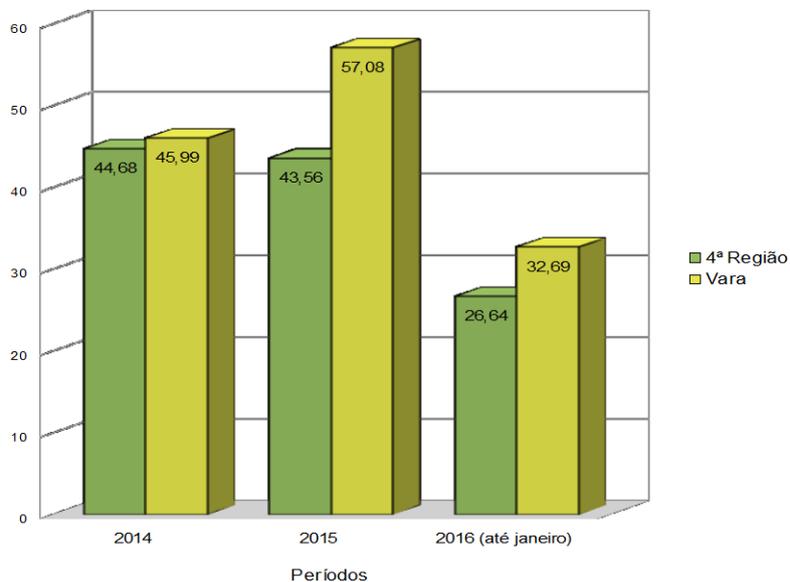
Dentre os tipos de solução, verificou-se redução no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 408 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2015, esse número foi de 365 decisões, representando uma redução de 10,54%. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior à média de desempenho das Unidades integrantes do TRT da 4ª Região, a qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito.

A despeito disso, a análise do quadro acima demonstra aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 430 processos, representando 45,99% do total de solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 641, correspondendo a 57,08% das soluções na fase de conhecimento – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue:

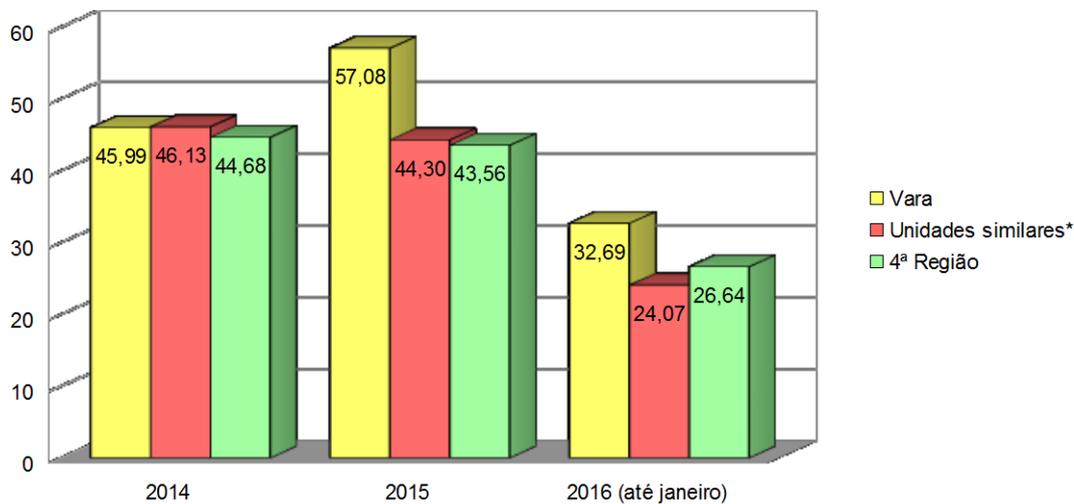


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Percentual de conciliações nos processos solucionados



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO



3.4.1 Processos pendentes de liquidação

Liquidações					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Pendentes do período anterior	123	161	30,89%	186	15,53%
Iniciadas	198	199	0,51%	28	-85,93%
Encerradas	156	171	9,62%	3	-98,25%
Pendentes	161	186	15,53%	210	12,90%
Arquivo Provisório	1	1	0,00%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 161, em 2014, para 186, em 2015, importando em uma elevação de 15,53%. Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.329 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

O principal motivo para tal incremento foi o aumento do número de processos pendentes no início do período, que eram 123, em 2014, e 161, em 2015.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01.)	Variação 2015-2016
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	78,79%	85,93%	9,06%	10,71%	-87,53%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	64,74%	-27,60%
TRT4 - 1ª Instância	87,92%	88,40%	0,55%	74,84%	-15,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 85,93% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 9,06% em relação ao índice do ano anterior. Por outro lado, nesse quesito, o índice da Unidade foi inferior ao desempenho médio das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 3,49%, bem como à média geral alcançada pelas Unidades do TRT da 4ª Região em 2,47 pontos percentuais.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	48,60%	47,50%	-2,26%	1,40%	-97,05%



Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	6,57%	-88,11%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	54,30%	-2,78%	7,13%	-86,87%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz em 2015 foi de 47,50% do número total de liquidações a encerrar - o que representa queda de 2,26% em relação ao desempenho verificado no ano anterior. Essa performance foi 7,73% inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 6,8% menor que a média geral apresentada pelas Unidades do TRT da 4ª Região.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	210	288	37,14%	8	-97,22%
	Desarquivadas para prosseguimento	37	312	743,24%	2	-99,36%
Saídas	Encerradas	381	228	-40,16%	11	-95,18%
	Arquivadas Provisoriamente	76	69	-9,21%	9	-86,96%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	112	112	0,00%	112	0,00%
	Demais	643	651	1,24%	638	-2,00%
	Total	755	763	1,06%	750	-1,70%
Saldo no arquivo Provisório		657	412	-37,29%	420	1,94%

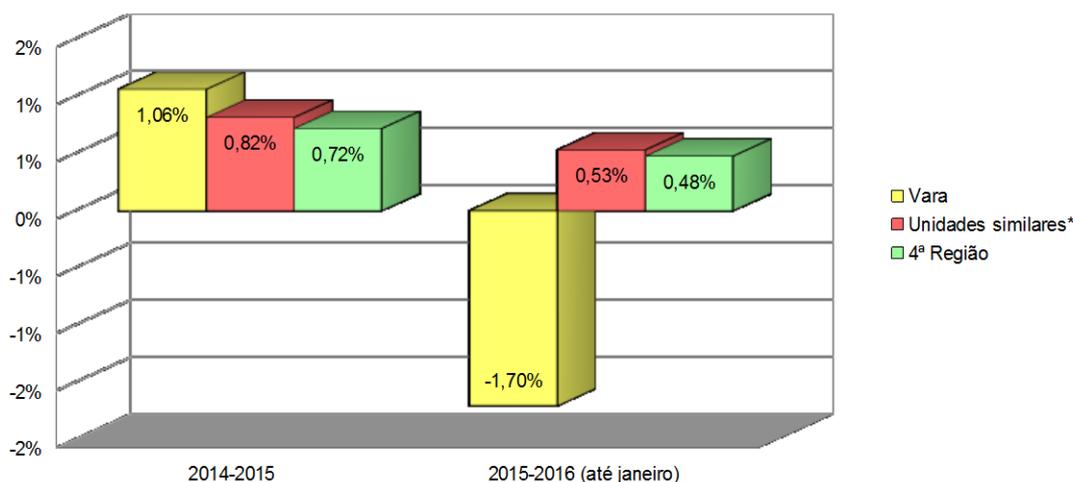
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul aumentou de 755 para 763 processos, o que corresponde a uma elevação de apenas 1,06% em relação ao ano anterior. Esse índice se assemelha ao desempenho médio apresentado na 4ª Região no período em questão, o qual registrou uma elevação de 0,72% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi a queda de 40,16% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma elevação de 37,14% no número de liquidações iniciadas na comparação entre esses dois períodos.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro de 2016 apontam queda de 1,7% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado melhor do que a média regional no mesmo período, que avançou 0,48%.



Variação dos processos pendentes na fase de execução



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	181,43%	79,17%	-56,36%	137,50%	73,68%
Unidades similares*	98,23%	79,12%	-19,45%	61,11%	-22,76%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	63,77%	-20,32%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 79,17% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 56,36% em relação ao índice verificado no ano anterior. Tal performance, contudo, foi bastante semelhante aos resultados apresentados pelas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4, com variações inferiores a 1 ponto percentual.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	21,49%	13,41%	-37,59%	0,93%	-93,07%
Unidades similares*	15,10%	14,08%	-6,76%	0,89%	-93,71%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	1,08%	-92,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)



** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul em 2015 foi de 13,41% do número total de execuções a encerrar – resultado 37,59% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 0,67 e 1,98 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	189	4	-97,88%	0	-100,00%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	Não aplicável
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.100	1.104	0,36%	1.100	-0,36%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 25.02.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **03 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT:

1	Processo nº 0000013-44.2013.5.04.0733
Situação processual: Em 3-8-2015 foi lançado o andamento “ execução encerrada ”.	



Histórico BNDT: A executada MAINARA TAISE FRANCISCO – ME foi inscrita no BNDT em 18-7-2012, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”. A executada LETÍCIA E GISELE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA. foi inscrita no BNDT em 12-11-2013, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”. A executada KOCH E FRANCISCO AGÊNCIA DE EMPREGOS LTDA. – ME foi inscrita no BNDT em 12-11-2013, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”. A executada GERHARDT AGÊNCIA DE EMPREGOS E SERVIÇOS LTDA. foi inscrita no BNDT em 12-11-2013, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”. A executada JANDIR TEREZINHA GOTTEMS FRANCISCO foi inscrita no BNDT em 3-8-2015, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”. A executada MAINARA TAÍSE FRANCISCO foi inscrita no BNDT em 3-8-2015, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.

2

Processo nº 0017400-14.2009.5.04.0733

Situação processual: Em 28-11-2014 foi lançado o movimento “**extinta a execução**”. Em 31-3-2015 foi proferido despacho determinando a intimação da reclamada para que comprove o pagamento das custas. Último movimento: despacho determinando a busca e penhora de créditos nas contas dos executados. **Histórico BNDT:** A executada DE GASPARI & CIA. LTDA. foi incluída no BNDT em 10-10-2011, com a informação “sem garantia”. A executada HELENITA BENACCHIO DE GASPARI foi incluída no BNDT em 10-11-2011, atualmente com a informação “sem garantia”. O executado JUAREZ DE GASPARI foi incluído no BNDT em 10-11-2011, atualmente com a informação “sem garantia”.

3

Processo nº 0081700-53.2007.5.04.0733

Situação processual: Em 19-1-2016 foi lançado o andamento “**extinta a execução**”. **Histórico BNDT:** O executado PAULO A. DE MORAES foi inscrito no BNDT em 15-9-2011, com a informação “sem garantia”. A executada ENGETECC AUTOMAÇÃO E CONTROLE LTDA. foi inscrita no BNDT em 15-9-2011, com a informação “sem garantia”. A executada LUCI IVONETE DE MORAES foi inscrita no BNDT em 13-9-2011, atualmente com a informação “sem garantia”.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.01)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	139	109	42	142	117	66	4	8	60
Antecipações de tutela	106	113	9	152	171	12	11	10	13
Impugnações à sentença de liquidação	21	18	14	6	8	9	1	0	10
Embargos à execução	40	31	28	30	39	19	2	1	22
Embargos à arrematação	0	1	0	1	0	1	0	0	1
Embargos à adjudicação	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	5	14	3	8	9	2	1	0	3
Total	312	287	96	339	344	109	19	19	109

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 339 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 8,65% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 19,86% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 287 para 344. Em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 era de 109 processos. Destaca-se, por fim, que, em 31.01.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão permanecia em 109 processos, mantendo-se estável em relação à quantidade de processos pendentes no final do período anterior. Os embargos de declaração são a espécie que corresponde à maior parte (55,04%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, como nos exemplos que seguem:

1

Processo nº 0023400-30.2009.5.4.733

Situação processual: Em 2-7-2014 o reclamante apresentou embargos de declaração. Em 8-7-2014 foi proferido simples despacho, sem análise do incidente. Como não houve conclusão específica para análise do incidente, nem tampouco o registro de “Embargos Declaratórios Julgados”, permanece a pendência do incidente no sistema E-Gestão.



2	Processo nº 0000416-76.2014.5.04.0733
Situação processual: A parte reclamante apresentou pedido de antecipação de tutela junto com a petição inicial, no dia 19-5-2014. O incidente foi apreciado em 28-5-2014 como simples decisão/despacho. Como não houve o registro do andamento “Incidente Processual Julgado” no sistema InFOR, permanece a pendência do incidente no sistema E-Gestão.	
3	Processo nº 0000922-23.2012.5.04.0733
Situação processual: Foi lançado o andamento “Petição protocolada – Impugnação à sentença de liquidação”, em 15-8-2014. Como não houve o registro de baixa da impugnação no sistema por meio do andamento processual adequado, permanece a pendência do incidente junto ao sistema E-Gestão.	
4	Processo nº 0000844-29.2012.5.04.0733
Situação processual: Em 21-5-2015 a reclamada opôs embargos à execução/penhora. Em 1-6-2015 foi proferido mero despacho não recebendo o incidente, por intempestivo. Como não houve o registro de “Incidente Processual Julgado”, permanece a pendência do incidente no sistema E-Gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	71,61	90,38	26,22%	152,75	69,01%
	Ordinário	258,06	241,04	-6,60%	335,85	39,33%
	Total	239,53	226,33	-5,51%	321,49	42,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

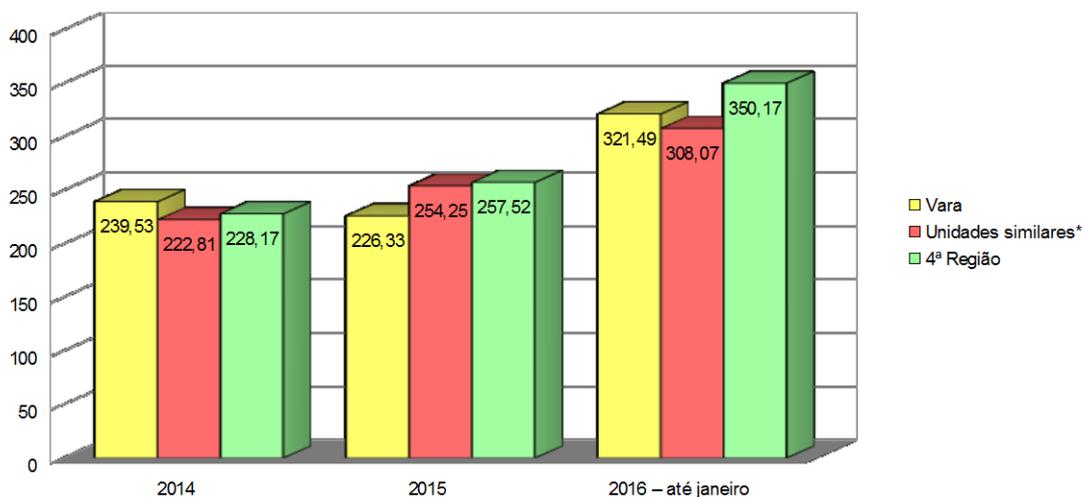
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul apresentou uma redução de 5,51%, passando de 239,53 para 226,33 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 26,22% em relação à média do ano anterior, passando de 71,61 para 90,38 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 241,04 dias, 6,60% inferior ao prazo médio observado no ano de 2014.

Todavia, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 10,98% menor (27,92 dias)



que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 12,11% menor (31,19 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT da 4ª Região, melhorando seu desempenho quando comparado ao do ano de 2014.

Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	228,41	253,11	10,82%	..	Não aplicável
	Ordinário	259,08	301,03	16,19%	398,67	32,43%
	Total	254,43	298,34	17,26%	398,67	33,63%

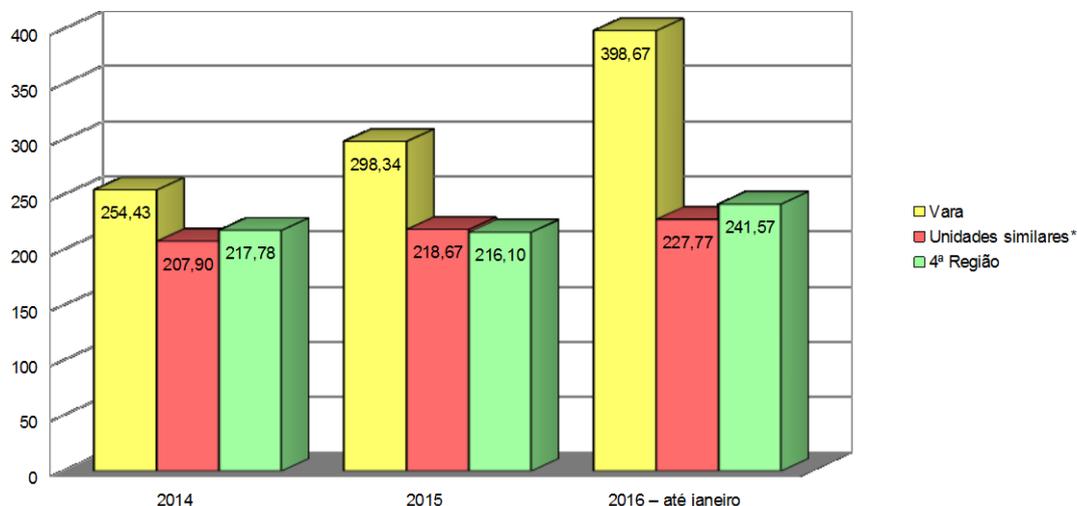
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 253,11 dias, o que equivale a uma elevação de 10,82% em relação à média do ano anterior. A mesma elevação pode ser observada no rito ordinário, no qual o prazo médio alcançou a média de 301,03 dias, prazo este 16,19% maior na comparação com 2014.

Constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 36,43% maior (79,67 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 38,06% maior (82,24 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região.



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	729,62	571,44	-21,68%	700,60	22,60%
	Ente público	937,77	918,06	-2,10%	..	Não aplicável
	Total	738,76	598,24	-19,02%	700,60	17,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

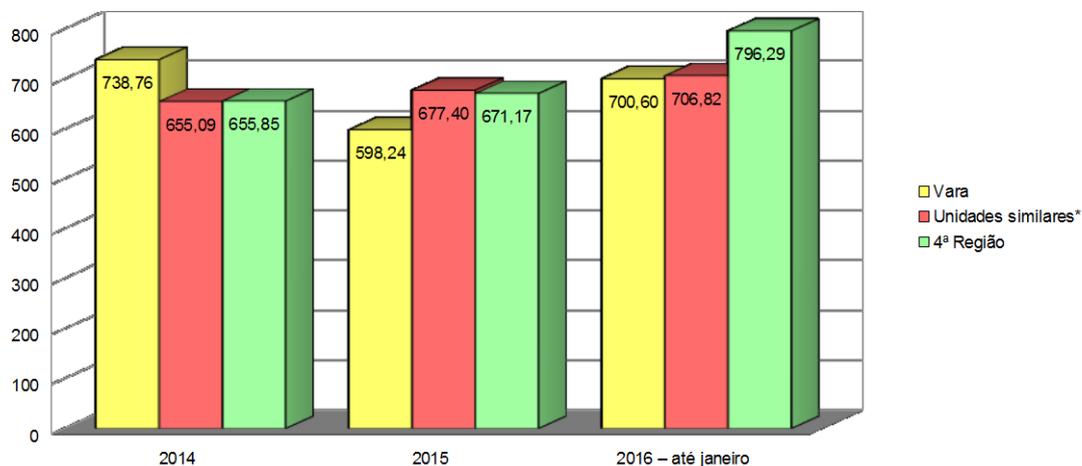
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 729,62 dias, em 2014, para 571,44 dias, em 2015, refletindo uma redução de 21,68% na duração média do tempo execução.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 937,77 dias, em 2014, para 918,06, em 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz foi 10,87% menor (72,93 dias), que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que a Unidade em 2015 apresentou desempenho bastante superior àquele verificado em 2014, quando a duração média da execução processual na Unidade havia sido superior a média apresentada pelas demais unidades da mesma faixa de movimentação processual e à média geral das Unidades integrantes do TRT da 4ª Região.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.319	1.123	85,14%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
580	585	100,86%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
281	548	195,02%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.



5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
10	10	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	16	21	15	Meta não cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	6	10	5	Meta não cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	1	0	Meta não cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	7	12	6	Meta não cumprida
5º	União	10	3	9	Meta cumprida
6º	OI S.A.	2	3	1	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	8	5	7	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	3	8	2	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	15	16	14	Meta não cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

**META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015
PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO**



Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	239,53	226,33	237,14	Meta cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
total de acordos	524	430	477	641	482	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
92	52	56,52%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
900	597	66,33%	Indicativo de descumprimento da meta

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.01)	Meta para 2016	Resultado parcial (até janeiro)
Total de acordos	524	430	477	17	487	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
Média mensal de acordos	43,67	35,83	39,75	17,00	40,58	



5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até janeiro)
8	24	300,00%	Indicativo de cumprimento da meta

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado parcial (até janeiro)
0	Meta cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.01.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até janeiro)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	21	22	20	Meta não cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	10	8	9	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	1	0	Meta não cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	12	12	11	Meta não cumprida
5º	União	3	3	2	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	3	4	2	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	5	5	4	Meta não cumprida



8º	Caixa Econômica Federal - CEF	8	8	7	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	16	18	15	Meta não cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às quartas e quintas-feiras pela manhã e terças e quartas-feiras à tarde. Quando há Juiz Auxiliar, são acrescentadas duas pautas na semana (uma do Juiz Titular e uma do Juiz Auxiliar). A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã			7 (I) 1 (U) 2 (P)	7 (I) 1 (U) 3 (P)	-
Tarde		7 (I) 1 (U) 3 (P)	7 (I) 1 (U) 3 (P)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 15.03.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	28.04.2016		20.04.2016	
Una Sumaríssimo	20.04.2016		20.04.2016	
Instrução	21.03.2017		22.11.2016	

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 15.03.2016)



Eventualmente são feitas audiências de conciliação na fase de execução. Nesses casos, são incluídas no horário das Audiências unas de rito sumaríssimo.

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	42,97	53,73	25,06%	110,5	105,65%
	Ordinário	58,92	53,39	-9,38%	69,25	29,70%
	Total	57,3	53,43	-6,75%	73	36,63%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio ampliado de 42,97 dias, em 2014, para 53,73 dias, em 2015 (aumento de 25,06%). O prazo médio da audiência inicial do rito ordinário, contudo, caiu de 58,92 dias, em 2014, para 53,39 dias, em 2015 (queda de 9,38%).

Já os dados parciais de 2016, colhidos no mês de janeiro, apontam elevação de 105,63% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo, e 29,70% no do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	44,83	34,31	-23,48%	114,14	232,69%
	Ordinário	227,26	196,19	-13,67%	203,25	3,60%
	Total	213,95	172,95	-19,16%	192,68	11,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo reduzido de 44,83 dias, em 2014, para 34,31 dias, em 2015, refletindo uma queda de 23,48% no período avaliado. Da mesma forma, o rito ordinário registrou queda do prazo médio de 227,26 dias, em 2014, para 196,19 dias, em 2015, perfazendo uma redução de 13,67% na comparação entre os dois anos.



Tal mudança se mostra bastante positiva e traduz uma melhora no desempenho da Unidade em relação ao ano anterior.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
CAROLINA CAUDURO DIAS DE PAIVA	68	49	16	0	133
JULIANA OLIVEIRA	150	108	14	1	273
LUCIANA BÖHM STAHNKE	727	395	106	34	1.262
TOTAL- 04ª - RS	945	552	136	35	1.668

2016 (até 31.01)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
LUCIANA BÖHM STAHNKE	23	19	2	0	44
Total - 04a - RS	23	19	2	0	44

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
CAROLINA CAUDURO DIAS DE PAIVA	47	33	0	80	13	93
JULIANA OLIVEIRA	59	76	0	135	14	149
LAURA BALBUENA VALENTE GABRIEL	-	6	0	6	-	6
LUCIANA BÖHM STAHNKE	535	249	0	784	90	874
ÁTILA DA ROLD ROESLER	-	1	0	1	-	1
TOTAL	641	365	0	1.006	117	1.123



2016 (até 31.01)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
LUCIANA BÖHM STAHNKE	17	33	0	50	2	52
Total	17	33	0	50	2	52

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.01.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Titular Luciana Böhm Stahnke	Processos de cognição	183
Juíza Titular Luciana Böhm Stahnke	Embargos de Declaração	18
Juíza Substituta Carolina Cauduro Dias De Paiva	Embargos de Declaração	04
Juíza Substituta Juliana Oliveira	Processos de cognição	41
Juíza Substituta Juliana Oliveira	Embargos de Declaração	11
Total: 257 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 11.03.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 20.01.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

As notificações e ofícios são cumpridos em 48 horas. Não são expedidas notificações para a Procuradoria Regional Federal porque o Procurador comparece na Unidade uma vez por semana e leva os processos em carga.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Na data da correição, estavam sendo expedidos os mandados, precatórios e RPV's cujas determinações datavam da semana imediatamente anterior ao ato correicional.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são feitos de imediato.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

São diariamente apreciadas, em média, 75 petições: 45 nos processos físicos e 30 no PJe. Na data da correição estavam sendo despachadas as petições de 03.03.16. A secretaria faz uma triagem no protocolo, e processos urgentes e simples são despachados de imediato.



7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Por ocasião da correição, estava sendo certificado o prazo de 29.02.2016 nos processos físicos, bem como, no PJe, os prazos de março/16.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ocorre duas vezes por semana.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponíveis.

7.8. ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento é feito sempre que os processos a serem arquivados atingem a quantidade necessária para um lote de remessa ao arquivo.

7.9 EXECUÇÃO REUNIDA

A vara possui, atualmente, cerca de 10 execuções reunidas. Não lança andamento de execução encerrada nos processos reunidos.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inclusão de devedores no BNDT é realizada após restar frustrada a pesquisa via cadastro BACEN-JUD. Já a exclusão do registro do devedor é determinada no mesmo despacho de liberação do alvará.

7.11 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO À MASSA FALIDA

Em relação aos processos em que figuram massas falidas no polo passivo, após a expedição certidão de habilitação, estes são arquivados sem dívida, sendo encerrada a execução.

7.12 EXAME DOS LIVROS

7.12.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (11.03.2016)

	Processo	Prazo
01	00000996-77.2012.5.04.0733	23.10.2015
02	0104500-46.2005.5.04.0733	10.01.2016
03	0001301-91.2014.5.04.0023	25.01.2016
04	0000954.28.2012.5.04.0733	26.01.2016
05	0000283-05.2012.5.04.0733	27.01.2016
06	0000331-95.2011.5.04.0733	28.01.2016
07	0121700-95.2007.5.04.0733	01.02.2016
08	0000934-03.2013.5.04.0733	01.02.2016
09	0000188-72.2012.5.04.0733	01.02.2016
10	0090200-11.2007.5.04.0733	10.02.2016



11	0264400-65.2005.5.04.0233	10.02.2016
12	0000691-59.2013.5.04.0733	10.02.2016
13	0262900-61.2005.5.04.0733	12.02.2016
14	0000537-41.2013.5.04.0733	15.02.2016
15	0004500-04.2006.5.04.0733	17.02.2016
16	0133400-39.2005.5.04.0733	17.02.2016
17	0000474-84.2011.5.04.0733	03.02.2016
18	0000091-09.2011.5.04.0733	19.02.2016
19	0000173-69.2013.5.04.0733	22.02.2016
20	0075900-78.2006.5.04.0733	21.02.2016
21	0073800-48.2009.5.04.0733	24.02.2016
22	0000924-90.2012.5.04.0733	26.02.2016
23	0000628-34.2013.5.04.0733	29.02.2016
24	0000350-33.2013.5.04.0733	29.02.2016
25	0079100-93.2006.5.04.0733	29.02.2016
26	0000349-82.2012.5.04.0733	01.03.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.03.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.12.2 Peritos – Cargas Vencidas Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (11.03.2016)

Em 11.03.2016, data em que feita a consulta ao Sistema inFOR, não havia processos em carga com peritos com prazo vencido há mais de dez dias.

7.12.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo
01	733-0016/16	0010400-94.2008.5.04.0733	15.02.2016
02	733-00019/16	0000992-40.2012.5.04.0733	15.02.2016
03	733-00032/16	0000085-65.2012.5.04.0733	15.02.2016
04	733-00033/16	000085-65.2012.5.04.0733	15.02.2016
05	733-00039/16	0000418-80.2013.5.04.0733	24.02.2016



06	733-00040/16	0000418-80.2013.5.04.0733	24.02.2016
07	733-00042/16	0000953-09.2015.5.04.0733	24.02.2016
08	733-00043/16	0000953-09.2015.5.04.0733	24.02.2016
09	733-00044/16	0000953-09.2015.5.04.0733	24.02.2016
10	733-00045/16	0000036-87.2013.5.04.0733	24.02.2016
11	733-00048/16	0000747-92.2013.5.04.0733	24.02.2016
12	733-00049/16	0000747-92.2013.5.04.0733	24.02.2016
13	733-00052/16	0090800-66.2006.5.04.0733	29.02.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.03.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correção a essa Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 11.03.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **399 processos**. Esse item verifica a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0024300-13.2009.5.04.0733
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Ordem de juntada: Ordem de juntada não observada: procuração juntada antes do contrato social (fls. 49 -53) (Art. 67 da CPCr). Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 211v não menciona os documentos que acompanham a petição da reclamante (fls. 212 - 218) (Art. 101 da CPCr). Movimentação Processual: Demora no impulso processual: preclusão de prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo para o reclamante ter ciência de despacho acerca do prosseguimento da execução (fl. 366) em 21.07.2014, com certidão exarada em 30.09.2014 (fl. 367). Processo sem movimentação por mais de 30 dias: despacho proferido em 27.10.2015 (fl. 389), determinando o aguardo por 30 dias de informações de processo com trâmite na Vara Federal de Santa Cruz do Sul, sem movimentação posterior.	
2	Processo nº 0001009-76.2012.5.04.0733
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 256v não menciona os documentos que acompanham a petição do reclamante (fls. 257 - 261) (Art. 101 da CPCr). Ausência de certidão de vencimento de prazo: prazo para o 2º reclamado ter ciência acerca do laudo pericial com vencimento em 04.02.2016, sem a certidão correspondente. Há, apenas, certidão relativa ao vencimento do prazo da 1ª reclamada (fl. 430v). (Art. 95 da CPCr). Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre conclusão e decisão:	



autos conclusos em 07.01.2015 (fl. 415v) com decisão proferida em 01.07.2015 (fl. 416 – 418), determinando a conversão do julgamento em diligência.

Demora no impulso processual - entre decisão e cumprimento. Decisão determinando o retorno dos autos ao Perito proferida em 01.07.2015, com cumprimento em 28.10.2015 (fl. 419).

3

Processo nº 0000814-57.2013.5.04.0733

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 121v não menciona os documentos que acompanham a petição da reclamada (fls. 122 - 202) (Art. 101 da CPCR).

Movimentação Processual: Demora no impulso processual – preclusão de prazo e certidão correspondente: Vencimento do prazo para reclamada ter ciência do laudo contábil em 20.04.2015, com certidão correspondente exarada, apenas, em 04.11.2015 (fl. 302).

Demora no impulso processual – manifestação da parte e decisão subsequente: petição da reclamante (fl. 312) juntada aos autos em 24.11.2015, com decisão correspondente (fl. 313) proferida em 01.02.2016.

4

Processo nº 0000125-13.2013.5.04.0733

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: termos de juntada com informações incompletas e espaços em branco: **1)** termo de juntada lançado à fl. 151v não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls. 161-162) **2)** termo de juntada contendo espaço em branco (fl. 189v) **3)** termo de juntada da fl. 210v não mencionada o documento que acompanha a petição do reclamante (fls. 211-212) (Art. 101 da CPCR) (Art. 171 do CPC).

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 28.01.2015 para reclamada apresentar cálculo de liquidação (Art. 95 da CPCR).

Não cumprimento de despacho/decisão: despacho proferido em 27.01.2016 (fl. 266) determina o cumprimento de imediato do despacho da fl. 258 (bloqueio de valores via Bacenjud), sem o correspondente cumprimento.

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre a conclusão e a prolação da sentença – conclusão realizada em 16.09.2013 (fl. 139), com sentença publicada em 13.03.2014 (fl. 140).

Demora no impulso processual – entre petição protocolada e despacho: Petição protocolada (fl. 241) pelo reclamante em 13.07.2015, solicitando liberação do depósito recursal, pedido reiterado na petição protocolada (fl. 242) em 02.09.2015, com decisão proferida em 19.10.2015 (fl. 243).

5

Processo nº PROCESSO nº 0000245-56.2013.5.04.0733

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 21.02.2014 para reclamante apresentar cálculo de liquidação (Art. 95 da CPCR).

Termos de juntada contendo espaço em branco e informações incompletas: termo de juntada com espaço em branco (fls. 294v) termo de juntada com espaço em branco e sem mencionar os documentos que acompanham a petição do reclamado (fl. 300v) (Art. 171 do CPC).

Movimentação Processual: Nada a apontar.

6

Processo nº 0050300-89.2005.5.04.0733

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Ausência de certidão nos autos quanto à remessa à Vice-Corregedoria. (Art. 95 da CPCR)

Movimentação Processual: Demora no impulso processual – entre despacho/decisão e cumprimento: **1)** despacho (fl. 293) proferido em 11.06.2014, determinando a nova consulta ao



processo com trâmite na 1ª Vara Cível de Santa Cruz do Sul, com cumprimento em 10.10.2014 (fl. 294). **2)** decisão proferida em 04.03.2015 (fl. 300), determinando a penhora de valores via sistema Bacenjud, com cumprimento em 22.04.2015 (fl. 302). **3)** decisão (fl. 310) proferida em 05.06.2015, determinando a utilização do sistema INFOJUD, com cumprimento em 03.02.2016 (fl. 312)

7

Processo nº 0000124-28.2013.5.04.0733

Fase: Execução

Aspectos Gerais Termo de juntada com informações incompletas e contendo abreviaturas: termo de juntada lançado à fl. 20v não menciona os documentos que acompanham a petição da reclamada (fls. 21-25) (Art. 101 da CPCR).

Certidão de conferência com informações incompletas: certidão exarada à fl.146 com informações incompletas, menciona, apenas, às folhas correspondentes às peças recursais. (Art. 106 da CPCR).

Despacho não cumprido: Decisão determinando a penhora de créditos pelo sistema Bacenjud (fl. 260) proferida em 15.01.2016, sem posterior cumprimento. (Art. 141, II, do CPC).

Movimentação Processual: Demora no impulso processual – preclusão de prazo e certidão correspondente: **1)** vencimento do prazo para a 1ª reclamada apresentar cálculo de liquidação em 10.03.2014, com certidão exarada em 09.04.2014 (fl. 185) **2)** vencimento do prazo para a 2ª reclamada apresentar cálculo de liquidação em 02.05.2014, com certidão exarada em 01.07.2014 (fl. 181v) **3)** vencimento do prazo da 2ª reclamada para manifestação acerca do cálculo de liquidação em 20.10.2014, com certidão exarada em 12.01.2015 (fl. 225) **4)** vencimento do prazo de edital de citação (fl. 258) em 16.11.2015, com certidão exarada em 14.01.2016 (fl. 260).

Demora no impulso processual – entre ato praticado e decisão subsequente: mandado de citação, com resultado negativo, devolvido pelo Oficial de Justiça em 01.06.2015 (fls.242-243). Após, despacho proferido em 28.08.2015 (fl. 244), determinando a inclusão dos autos na “semana nacional de execução trabalhista”.

8

Processo nº 0000180-61.2013.5.04.0733

Fase: Execução

Aspectos Gerais: Termo de juntada com espaço em branco e informações incompletas: termo de juntada da fl. 108v contém espaço em branco e não faz menção aos documentos que acompanham a petição da reclamada (fls. 109 - 114) (Art. 101 da CPCR e art. 169, §1º, do CPC).

Movimentação Processual: Nada a apontar.

9

Processo nº 0000710-65.2013.5.04.0733

Fase: Conhecimento.

Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompletas: termos de juntada (fls. 24v e 75) não mencionam os documentos que acompanham as petições da reclamada.

Ausências de termos de juntada: ausência de termos de juntada quanto à petição da reclamada (fls. 124-125) e quanto à petição da reclamante (fls. 126 - 146) (Art. 101 da CPCR).

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre petição protocolada e despacho subsequente: laudo complementar protocolado pelo Perito em 28.05.2015 (fl. 194), com decisão determinando ciência às partes proferida em 25.09.2015 (fl. 200).

10

Processo nº 0000357-25.2013.5.04.0733

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo para o reclamante apresentar manifestação acerca da prestação de contas do Leiloeiro (fls. 82 e 85) (Art. 95 da CPCR).

Termos de juntada contendo espaços em branco: termos de juntada contendo espaços em



branco (fls. 108v, 122v e 133v). (Art. 171 do CPC)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre preclusão e certidão de vencimento de prazo: prazo para reclamada comprovar pagamento da 1ª parcela do acordo com vencimento em 21.05.2014, com certidão exarada em 10.07.2014 (fl. 63).

Demora no impulso processual – solicitação de informações quanto à movimentação de Carta Precatória – expedidas cartas precatórias para penhora (fls. 95-96), com distribuição aos Juízos deprecados em 28.05.2015 (fl. 101v) e 01.06.2015 (fl. 102), não foi realizada solicitação de informações pelo Juízo deprecante no prazo de 45 dias após a expedição (Art. 86, parágrafo único, da CPCR).

Demora no impulso processual – entre retorno de carta precatória e juntada aos autos: Carta Precatória nº 0001849-79.2015.5.02.0202 devolvida pelo Juízo deprecado com data de retorno em 26.10.2015, juntada aos autos em 03.02.2016 (fl. 108v).

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 11.03.2016.

Prática	Exemplos
Registros Desatualizados	0081100-95.2008.5.04.0733
	0003400-14.2006.5.04.0733
	0000319-13.2013.5.04.0733
	0000873-79.2012.5.04.0733
	0000431-07.2012.5.04.0251
	0000978-56.2012.5.04.0733

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Segundo a Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo a Diretora de Secretaria, só há liberação do depósito recursal quando da homologação dos cálculos.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA



Conforme informado pela Diretora de Secretaria, em havendo a desconsideração da personalidade jurídica, primeiramente é realizada a tentativa de bloqueio via convênio BACEN-JUD e, somente após, é determinada a citação do sócio devedor, facultando-se a oposição de embargos à execução, se for o caso.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 12-09-2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 11.03.2016, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, em 11.03.2016, é a seguinte:

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com petições avulsas	16
Com habilitações não lidas	58
Com pedido de liminar	2
Com petições não apreciadas	173
Mandados devolvidos OJ	75
Pasta	Quantidade de Processos
Aguardando cumprimento de providência	86
Aguardando audiência	570
Aguardando ciência	10
Aguardando ciência decisão-ConPra	4
Aguardando término dos prazos	64
Analisar despacho	5
Análise de conhecimento	28
Análise de Sobrestamento	15
Prazos vencidos	32
Triagem inicial	48

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe no dia 11.03.2016)

Segundo informou a Diretora de Secretaria, a divisão do trabalho é feita por carteira. As sub pastas criadas no interior de cada tarefa são organizadas por data, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem



consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

Na data da inspeção estavam sendo certificados os prazos vencidos do mês de março, o que denota que os processos que tramitam no PJE são movimentados regularmente.

Relativamente à designação de audiências iniciais, constatou-se que é observado o teor do artigo primeiro da Recomendação n. 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e que há poucos processos de procedimento sumaríssimo tramitando no PJE.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Constatou-se durante a inspeção correcional um bom nível de organização e funcionamento da 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul.

A unidade apresenta acervo processual com tendência crescente: eram 2.913 processos em 2013, 3.347 em 2014 e 3.450 processos em 2015.

O índice de acordos na unidade gira em torno de 55% dos processos solucionados.

Aumentou o número de processos pendentes de solução em 2015: acréscimo de 191 processos, enquanto o número de casos novos aumentou em 96.

O estoque de execuções pendentes na 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul vem se reduzindo e o tempo médio da execução também, o que é digno de registro.

Conforme relatado pela Diretora de Secretaria, a divisão do trabalho entre os servidores é feita por carteira, tanto nos processos físicos como nos processos eletrônicos

A Unidade conta, atualmente, com 12 servidores e 1 estagiário. A Diretora de Secretaria solicita mais um servidor. Pelos dados levantados junto à Secretaria de Recursos Humanos deste Tribunal, verifica-se que a maior parte dos servidores está lotada na unidade há bastante tempo, indício de pouca rotatividade, o que contribui para um trabalho de excelente qualidade, num ambiente agradável, o que foi constatado durante a inspeção.

A Diretora de Secretaria ponderou que, na Unidade, os servidores são motivados pelo atingimento de metas. Ponderou que o IMC não relaciona as metas e que seria mais motivador o envio periódico de relatórios do BI pela Corregedoria.

Na inspeção realizada verificou-se que, embora o espaço seja bem organizado, há goteiras no prédio. Quando chove, as tomadas de piso ficam molhadas e tornam o ambiente de trabalho perigoso.



A Unidade merece ser parabenizada pelo empenho da Juíza Titular e de todos os servidores para o bom andamento do trabalho, resultando em uma prestação jurisdicional célere, ademais quando considerado que houve adesão ao movimento paredista de 2015, período em que permaneceram trabalhando somente a Diretora, a Secretária de Audiências e a estagiária.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta prevista para o ano de 2016, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), não tendo sido observado o cumprimento da meta CNJ 1/2015 pela Unidade Judiciária.

ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, conforme estabelecido no art. 852-B, III, da CLT. Ademais, não deve ser excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução, desde a realização da audiência inicial.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos **0000013-44.2013.5.04.0733**, **0017400-14.2009.5.04.0733** e **0081700-53.2007.5.04.0733**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Com a finalidade de solucionar as seguintes pendências, determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à solução dos embargos de declaração apresentada pelo reclamante no processo nº 0023400-30.2009.5.4.733;



- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à solução da antecipação de tutela apresentada pelo reclamante no processo nº 0000416-76.2014.5.04.0733;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos impugnação à sentença de liquidação apresentados pela reclamada no processo nº 0000922-23.2012.5.04.0733;
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0000844-29.2012.5.04.0733;

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2015)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, **213** processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que as Juízas Luciana Böhm Stahnke, Carolina Cauduro Dias De Paiva e Juliana Oliveira profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.8 deste relatório correccional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

ITENS 7.12.1 (Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.12.1 deste relatório correccional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.12.3 (Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.12.3 deste relatório correccional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)



Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais;
- e) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos seguintes processos: 0024300-13.2009.5.04.0733, 0001009-76.2012.5.04.0733, 0050300-89.2005.5.04.0733 e 0000710-65.2013.5.04.0733.
- f) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- g) atente para a determinação de consulta -à Vara Deprecada quanto à andamento de Carta Precatória sem movimentação por mais de 45 dias, conforme a previsão do art. 86, parágrafo único, da CPCR.
- h) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCR.

8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **399 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais exemplificados **no item 8.2 e todos que estejam em situação similar**.

14 PRESENCAS



Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Diretora e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul, no dia 14.03.2016, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. O Vice-Corregedor, na ocasião, foi entrevistado pelos repórteres Rodrigo Kampf e Rodrigo Assmann (fotógrafo) do jornal Gazeta do Sul, em Santa Cruz do Sul, bem como concedeu entrevista ao vivo para o Jornal do Almoço (RBS TV Santa Cruz).

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza LUCIANA BÖHM STAHNKE, pela Diretora de Secretaria LIEGI MATZENBACHER GUTTERRES e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andréa Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional